

A CONSTITUIÇÃO DE ACERVOS DE LITERATURA INFANTIL PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES: A ESCOLA COMO MERCADO E AS ESCOLHAS EDITORIAIS

SILVA, Bruna Lidiane Marques da* – UFMG – brunalidiane@gmail.com

MORAIS, Elaine Maria da Cunha – UFMG – elainemariamorais@hotmail.com

GT-07: Educação de Crianças de 0 a 6 anos

Resumo

Este trabalho, resultado parcial de um programa de pesquisa mais amplo “Catálogos de publicações para criança: distribuição, recepção e uso no contexto escolar”, tem como objeto os primeiros acervos de literatura destinados ao público infantil no contexto do PNBE/2008 – Programa Nacional de Biblioteca da Escola – SEB/MEC. Dentre as noventa e nove editoras que inscreveram títulos para a Educação Infantil, 36 delas tiveram livros selecionados para compor um dos três acervos, de vinte livros cada. A discussão sobre os possíveis critérios de escolha adotados, problematizam as relações entre a escola e o mercado editorial do país. Além disso, é possível identificar, ainda que preliminarmente, com que concepções de literatura e de infância os editores operam.

Palavras-chave: Literatura Infantil; leitura escolar; políticas públicas e escolhas editoriais

Que a literatura infantil nasceu comprometida com a educação em detrimento da arte, eis a tese fundamental que ainda desafia inúmeros pesquisadores brasileiros comprometidos com esse campo de estudos. A literatura infantil caracteriza-se, essencialmente, pelo público a que se destina e, por essa razão, tem sido historicamente contestada, em seu estatuto estético e artístico. Mas, para que nossas reflexões possam dar conta das condições e das possibilidades do seu uso pela escola é preciso “suspender”, temporariamente, nossas inquietações acadêmicas e “mergulhar” nas práticas escolares da sala de aula, onde o uso de textos denominados literatura infantil é massivo e irreversível. O que não significa que todo texto seja reconhecido como literatura infantil, ou reflita o que se requer do texto que se denomina literatura para crianças.

* GPELL - Grupo de Pesquisa do Letramento Literário/Ceale/FaE/UFMG - Programa de Pós Graduação em Educação - Orientadora: Prof^ª. Dra. Aparecida Paiva.

Esta posição se explica facilmente. Se a literatura infantil se relaciona tão intimamente, para não dizer se identifica, com a escola, a sua produção e o seu uso nos colocam uma questão fundamental: o seu estatuto literário. Para muitos estudiosos, a literatura infantil, discurso em geral didatizado e moralizante, é o lugar próprio do ensino e da aprendizagem; e, como tal é desprovida esteticamente dos atributos próprios do texto literário. E se o seu uso tem uma história marcadamente escolar, não há como conferir-lhe estatuto de literatura. Daí a polêmica que já conferiu, e ainda confere, a essa produção, diferentes denominações: literatura infantil, literatura para crianças, literatura infanto-juvenil, entre outras. O que não significa, de modo algum, a resolução do problema; ela é, ao contrário, uma produção sempre colocada sob suspeita quando os crivos estéticos são postos em operação. Nosso objetivo, portanto, é analisar essa produção e sua destinação educativa, tentando superar os obstáculos teóricos advindos de posturas reducionistas e promovendo, na medida do possível, o desaparecimento dos preconceitos que cercam a produção para crianças, o que torna possível, em nosso ponto de vista, o progressivo acesso ao seu estatuto literário. Esse estatuto possui especificidades, uma lógica que escapa à elaboração do que classicamente convencionamos denominar literatura, daí a sempre de adjetivação dessa produção. A literatura infantil é, portanto, uma literatura que tematiza a questão estética da literatura em geral, propondo chaves de leitura próprias a essa produção.

Pretendemos partir dessa problemática para analisar a importante decisão do MEC que, pela primeira vez, incluiu no edital do PNBE/2008 – Programa Nacional de Biblioteca da Escola – (programa iniciado em 1997) a constituição de acervos para o segmento Educação Infantil. Assim, um dos objetivos deste texto é justamente refletir sobre o processo de constituição desses acervos, especificamente a resposta das editoras a esse edital, por meio da inscrição de títulos que julgaram ser adequados a esse público. O que pretendemos, enfim, é discutir essa produção, a partir das escolhas editoriais, problematizando seus possíveis critérios de seleção.

Este texto é dividido em quatro partes. A primeira parte, introdutória, **Literatura Infantil: definições e limites**, expõe panoramicamente um pouco da história da constituição dessa área e conceitos de infância, leitura literária, escolarização da literatura e letramento literário. A segunda parte, **PNBE: dados históricos do Programa e da edição de 2008**, contextualiza rapidamente o programa e apresenta dados da edição de 2008 relativos ao segmento Educação Infantil. A terceira parte, **Livros selecionados: as determinações do edital e as apostas**

editoriais, discute o papel do editor e as escolhas por ele realizadas. A quarta e última parte, **Que criança, qual literatura?**, apresenta algumas possibilidades de desdobramentos a cerca das relações entre mercado editorial e “mercado” escolar e as concepções de criança a elas subjacentes.

1. Literatura infantil: definições e limites

A formação inicial do leitor em nossa sociedade se dá, sobretudo, através do texto literário. Muitas crianças têm contato com a leitura de ficção desde o início da vida e esse contato se intensifica com a entrada na escola. A formação do leitor literário se apresenta como uma das grandes preocupações dos professores, tanto de português quanto daqueles que irão mediar os contatos dos alunos com os livros de literatura nos primeiros anos de escolaridade. Atualmente, o acesso das crianças ao livro de literatura infantil é permitido pelo aumento da oferta editorial desse gênero e, também, por possuir um forte vínculo com a escola.

Vários pesquisadores têm buscado conceituar a produção literária destinada à infância. Destacamos algumas questões presentes no debate atual: Será esse um gênero específico da literatura? Que características essa literatura possui para ser determinada como infantil? Que relações estabelece com a escola e com a formação da criança? Segundo Zilberman,

(...) os primeiros livros para crianças foram produzidos ao final do século XVII e durante o século XVIII. Antes disso, não se escrevia para elas, porque não existia a “infância”. Hoje, a afirmação pode surpreender; todavia, a concepção de uma faixa etária diferenciada, com interesses próprios e necessitando de uma formação específica, só aconteceu em meio à Idade Moderna (Zilberman, 2003, p. 15).

De acordo com Gouvea (2003), a concepção moderna de infância é fruto de um longo processo histórico que culminou na percepção da criança como distinta psíquica, cognitiva e afetivamente do adulto. Conforme afirma a autora, “a construção da idéia da especificidade da infância é diretamente relacionada à constituição da escola moderna, espaço privilegiado de aprendizagem e preparação para o mundo adulto” (Gouvea, 2003, p. 14). Uma cultura infantil foi sendo criada ao longo da história da cultura ocidental, quando a criança assumiu um lugar diferenciado do adulto. Gouvea afirma que

(...) tal cultura historicamente elaborada é formada a partir de um repertório de produções culturais – jogos, brincadeiras, músicas, histórias que expressam a especificidade do olhar infantil, olhar este construído através do processo histórico de diferenciação do adulto (Gouvea, 2003, p. 18).

A expansão da literatura infantil deve-se a sua associação ao novo modelo de escola que surgiu com a burguesia ascendente dos séculos XVIII e XIX. Naquele momento, a literatura era tida como um instrumento da pedagogia, por se vincular a ela e ajudá-la a atingir seus objetivos. Zilberman (2003), ao analisar, a produção literária daquela época, constata que os primeiros livros para a infância foram escritos por educadores e pedagogos e possuíam um forte objetivo educativo. Como lembra Zilberman (2003), essas especificidades podem causar grandes prejuízos à literatura infantil que “não é aceita como arte, por ter uma finalidade pragmática; e a presença do objetivo didático faz com que ela participe de uma atividade comprometida com a dominação da criança” (p. 16).

Ainda segundo Zilberman (2003), quando se procura uma construção propriamente literária no texto produzido para a criança, podem ser encontrados os benefícios que a história traz ao leitor. Esse gênero possui uma peculiaridade artística por não conhecer fronteiras. De acordo com a autora,

(...) o livro infantil desconhece um tema específico, não é determinado por uma forma (seja verso ou prosa, novela ou conto) e, ainda, escorrega livremente da realidade para o maravilhoso. Além disso, incorpora ao texto a ilustração e admite modalidades próprias, como o conto de fadas ou a história com animais (Zilberman, 2003, p. 47).

Dar um estatuto literário à literatura infantil é um impasse com o qual se defrontam muitos pesquisadores da área. Parece que esse gênero já adquiriu em seu nascimento um “*pecado original*”, o de “ter nascido comprometido com a educação, em detrimento da arte” (Aguilar, 1999, p. 243). De modo que, atribuir à literatura infantil um caráter educativo e formador, não é um processo recente. A transmissão de valores e de ideologias está presente nos textos destinados a criança por sua própria condição de produção, afinal, existe uma relação assimétrica entre o emissor (adulto) e o receptor (criança). Como existe uma tendência de a geração mais velha instruir a mais jovem, o escritor, muitas vezes, imprime um espírito didático nos livros para as crianças. No entanto, essa assimetria, em decorrência da supremacia da produção adulta sobre a recepção infantil, precisa ser superada para que haja uma plena realização literária. Para isso, é necessário que o escritor compreenda a peculiaridade da criança e se engaje num exercício de adaptação.

Para Zilberman, a literatura infantil poderá atingir seu valor estético se:

(...) reproduzir, nas obras transmitidas às crianças, as particularidades da criação artística, que visa à interpretação da existência que conduza o ser humano a uma compreensão mais ampla e eficaz de seu universo, qualquer que seja sua idade ou

situação intelectual, emotiva e social. Assim, é somente quando a meta se torna o exercício com a palavra, que o texto para a infância atinge seu sentido autêntico, qual seja, como escreve Kurt Werner Peukert, “a expansão da dimensão de entendimento da criança” e, por extensão de todo e qualquer indivíduo (Zilberman, 2003, p. 69).

Portanto, a literatura infantil, quando possui as particularidades da criação artística, pode proporcionar, sim, um ensinamento à criança, uma ampliação de sua visão de mundo e um refinamento na compreensão de suas vivências. É importante que os autores literários estejam cientes de que as crianças são seres ativos na construção de um universo infantil e existe uma especificidade infantil na busca da compreensão do mundo.

Quando pensamos em literatura infantil, é importante refletirmos sobre seu processo de produção e sobre seu estatuto de arte literária, mas não podemos deixar de discutir, também, a apropriação que a escola faz desse gênero literário. Ou seja, é preciso conhecer e analisar o processo de didatização e escolarização pelo qual passam as obras quando chegam à escola. Nesse sentido, iremos abordar o processo de letramento que se faz via textos literários, o que chamaremos aqui de letramento literário.

Soares (1999), ao discorrer sobre a escolarização adequada da literatura, ressalta o papel da escola em conduzir eficazmente o aluno às práticas de leitura literária que ocorrem no contexto social. Atualmente, as discussões sobre a formação do leitor são permeadas pelo conceito de letramento. De acordo com esse conceito, para se formar o leitor, não basta adquirir a “tecnologia” do ler e escrever, ou seja, não é suficiente apreender a técnica da codificação e da decodificação que são atribuídos procedimentos atribuídos ao processo de alfabetização. É necessário acrescentar à aprendizagem e ao domínio da “tecnologia” o letramento, que é “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (Soares, 2000, p. 18).

Segundo Soares (2000), “há diferentes tipos e níveis de letramento, dependendo das necessidades, das demandas do indivíduo e de seu meio, do contexto social e cultural” (Soares, 2000, p. 48-49). A autora (2004) ressalta que a escola seleciona práticas de letramento *social* e as transforma em práticas de letramento *a ensinar* as quais se transformarão em práticas de letramento *ensinadas* e, finalmente, resultariam em práticas de letramento *adquiridas*, ou seja,

(...) práticas de letramento a *ensinar* são aquelas que, entre as numerosas que ocorrem nos eventos sociais de letramento, a escola seleciona para torná-las objetos de ensino, incorporadas aos currículos, aos programas, aos objetos pedagógicos, concretizadas em manuais didáticos; práticas de letramento *ensinadas* são aquelas que ocorrem na instância real da sala de aula, pela tradução dos dispositivos curriculares e programáticos e das propostas dos manuais didáticos em ações docentes, desenvolvidas em eventos de letramento que, por mais que tentem reproduzir os eventos sociais reais, são sempre artificiais e didaticamente padronizados; práticas de letramento *adquiridas* são aquelas, de que, entre as ensinadas, os alunos efetivamente se apropriam e levam consigo para a vida fora da escola (Soares, 2004, p. 107-108).

A escola tem se constituído, cada vez mais, como a principal instituição responsável por promover o contato dos alunos com os livros e de contribuir para que se tornem leitores autônomos e capazes de fazer leituras voluntárias. Por isso, toda vez que se identifica em crianças ou adultos uma dificuldade no uso da escrita ou um desinteresse pela leitura, é atribuído à escola o fracasso “no desenvolvimento de habilidades de usos social da leitura e da escrita e na promoção de atitudes positivas em relação à leitura” (Soares, 2004, p. 89).

Seguindo o raciocínio desenvolvido pela autora, observamos um paradoxo: as práticas de letramento literário estão entre as inúmeras práticas de letramento que existem, porém a despeito de serem pouco demandadas e ofertadas socialmente, “são valorizadas culturalmente como componente essencial de formação” (Soares, 2004). Tal valorização está refletida, por exemplo, no fato de o texto literário ser considerado imprescindível para o ensino de língua portuguesa.

Existe, atualmente, nas escolas uma discussão sobre o lugar que a literatura deve ocupar, já que vivemos em uma sociedade onde existe uma multiplicidade de textos, uma presença marcante de imagens e uma variedade cultural. O foco da discussão é que a formação do leitor deve acontecer através do acesso aos vários gêneros textuais. Contudo, o que vários pesquisadores vêm demonstrando, sobretudo, em estudos sobre o livro didático, é que as atividades que acompanham os textos literários englobam habilidades que são exigidas durante a leitura e para produção ativa e propositiva de sentidos de qualquer gênero textual¹. De modo que a especificidade do texto literário e os recursos mobilizados pelo autor, de modo geral, não são explorados. Além disso, Cosson (2006) ressalta que “no ensino fundamental, a literatura tem um sentido tão extenso que engloba qualquer texto escrito que apresente parentesco com ficção ou poesia” (p.21). O autor ainda afirma, que a linguagem e a temática

¹ Ver Martins, 2004, p. 139 e Rodrigues, 2006, p. 65.

precisam ser compatíveis com os interesses da criança, do professor e da escola, bem como, precisam ser curtos, contemporâneos e “divertidos”. Um outro fator relacionado a escolarização da literatura, que também destacamos, é a presença de atividades em livros didáticos e nas fichas de leitura que possuem o objetivo de identificação e classificação dos dados e servem apenas como confirmação da leitura feita pelos alunos. (Cosson, 2006).

Segundo Cosson (2006), o que estamos vendo “é que a literatura não está sendo ensinada para garantir a função essencial de construir e reconstruir a palavra que nos humaniza” (p. 23). Nesse sentido, Paiva e Maciel ressaltam que, (...) “por um lado, precisamos dar acesso, escolarizar o texto literário, democratizá-lo no espaço escolar, às vezes único possível na vida de muitas de nossas crianças, e, por outro, precisamos preservar suas especificidades de linguagem artística” (Paiva; Maciel, 2005, p. 120).

2. O Programa Nacional de Biblioteca da Escola

O Programa Nacional de Biblioteca da Escola – PNBE foi instituído em 1997 e tem como objetivo principal democratizar o acesso a obras de literatura infanto-juvenis brasileiras e estrangeiras e a materiais e pesquisas de referência a professores e alunos das escolas públicas brasileiras. O Programa é executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC.

Ao longo da história do Programa, a distribuição dos livros de literatura tem sido realizada por meio de diferentes ações: em 1998, 1999 e 2000, os acervos foram enviados para as bibliotecas escolares; em 2001, 2002 e 2003, o objetivo era que os alunos tivessem acesso direto a coleções para uso pessoal e também levassem obras representativas da literatura para seus familiares – por isso essas edições do Programa ficaram conhecidas como Literatura em Minha Casa.

A partir de 2005, após inúmeras discussões coordenadas pela SEB/MEC, o PNBE retomou a distribuição de livros de literatura para as bibliotecas escolares, com foco, naquele ano, nas bibliotecas de escolas públicas de 1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental. Tal ação significou a retomada da valorização da biblioteca como espaço promotor da universalização do conhecimento e, também, da universalização do acesso a acervos pelo coletivo da escola. Em

2007, dando prosseguimento a essa ação, foram distribuídos livros de literatura para as escolas públicas de 5ª à 8ª séries. Em 2008, as escolas das séries/anos iniciais do Ensino Fundamental e instituições de Educação Infantil serão contempladas.

Para que se tenha uma idéia da magnitude desse Programa, apresentamos a seguir uma tabela com os principais dados estatísticos do PNBE. Nele é possível observar a quantidade de acervos, obras e coleções que foram distribuídos no período de 1998 a 2006. É possível observar, também, o volume de recursos que foram investidos.

Tabela 1

<i>Dados estatísticos do PNBE no período de 1998 a 2006</i>			
PROGRAMA/ANO	DISTRIBUIÇÃO	QUANTIDADE (ACERVOS, OBRAS E COLEÇÕES)	VALORES
PNBE/98 (Acervos)	99	20.000	17.447.760,00
PNBE/99 (Acervos)	2000	36.000	23.422.678,99
PNBE/2000 (Obras)	2001	577.400	15.179.101,00
PNBE/2001 (Coleções)	2002	12.184.787	50.302.864,88
PNBE/2002 (Coleções)	2003	4.216.576	19.523.388,68
PNBE/2003 (Coleções)	2003	8.169.082	36.208.019,30
PNBE/2003 (Acervos - Casa de Leitura)	2004	41.608	6.246.212,00
PNBE/2003 (Acervos - Biblioteca Escolar)	2004	22.219	44.619.529,00
PNBE/2003 (Acervos - para professores)	2004	1.448.475	13.769.873,00
PNBE/2005 (Acervos)	2005/2006	306.078	47.273.736,61
PNBE/2006 (Acervos)	2007	96.440 acervos/ 7.233.075 livros	46.300.000,00
TOTAL DO PERÍODO			320.293.163,46

Fonte: FNDE < http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/biblioteca_escola/biblioteca.html >.

Os dados apresentados na tabela 1 permitem levantar a hipótese de que os títulos inscritos, ano a ano, nas edições desse programa, expressam as tendências da produção editorial brasileira para a criança.

No PNBE/2008, segmento Educação Infantil (nosso recorte para esta análise) foram inscritos 657² títulos de 99³ editoras. Desse universo foram selecionados 60 títulos para compor três acervos distintos, de 20 títulos cada, títulos esses pertencentes a 36 editoras. Nessa edição do Programa, o recurso previsto, conforme dados divulgados pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – é R\$11.140.563,20, para atender 5.065.686 alunos matriculados em 85.179 instituições de Educação Infantil de todo o território nacional. A distribuição dos acervos obedece à seguinte norma publicada no edital do PNBE/2008: escolas consideradas de pequeno porte, até 150 alunos, recebem um acervo com 20 títulos; escolas que tenham entre 151 e 300 alunos recebem dois acervos e aquelas com mais de 301 alunos, três acervos.

3. Livros selecionados: as determinações do edital e as apostas editoriais

O processo de seleção dos livros para compor os acervos de literatura do PNBE/2008 destinados aos alunos da Educação Infantil e das séries/anos iniciais do Ensino Fundamental exigiu uma série de procedimentos. A triagem consistiu, inicialmente, na análise de todas as obras inscritas. Aquelas que não atenderam às exigências contidas no Edital do PNBE/2008⁴ foram automaticamente excluídas. As editoras puderam participar do processo de avaliação e seleção, inscrevendo obras de literatura voltadas para alunos da Educação Infantil e das séries/anos iniciais do Ensino Fundamental em três categorias básicas, prosa, verso e Imagem e Quadrinhos. Essas categorias apresentavam o seguinte detalhamento: **textos em verso** – poemas, quadras, parlendas, cantigas, trava-línguas, adivinhas; **textos em prosa** – pequenas histórias, novelas, contos, crônicas, textos de dramaturgia, memórias, biografias; **livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos**, dentre os quais estariam incluídas obras clássicas da literatura universal, artisticamente adaptadas ao público da Educação Infantil e das séries/anos iniciais do Ensino Fundamental (item 4.3 do Edital PNBE/2008). Cada obra

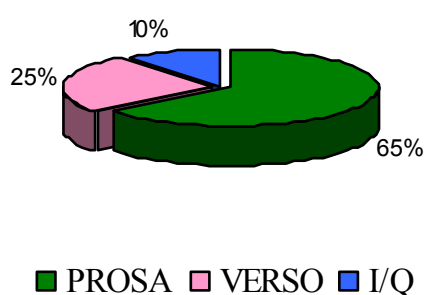
² Por razões éticas não nomearemos nenhum dos títulos inscritos, a exceção dos 60 selecionados para comporem os acervos destinados à Educação Infantil, cuja relação foi divulgada no site do MEC www.mec.gov.br

³ Estamos designando, aqui, por editoras, todos os selos que inscreveram títulos, independente dos grupos editoriais dos quais algumas delas fazem parte.

⁴ Ver Edital de convocação para inscrição de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – www.mec.gov.br

poderia ser inscrita para apenas um dos segmentos de ensino, contemplados nessa edição do programa e os editores deveriam indicar, previamente, a categoria a qual o livro estava concorrendo. Finalmente, as editoras poderiam inscrever até vinte obras, sendo no máximo doze obras por segmento.

O gráfico a seguir apresenta a quantidade de títulos inscritos em cada categoria e, portanto, as possibilidades de escolha no interior de cada uma delas:



AGRUPAMENTOS	LIVROS	%
PROSA	364	65%
VERSO	144	25%
I/Q	59	10%
TOTAL GERAL	467	100%

Os números evidenciam que a quantidade de títulos em prosa inscritos pelas editoras é muito superior de inscritos nas duas outras categorias, o que permite supor que a produção de livros para a Educação Infantil vem privilegiando, de forma significativa, a prosa.

Sob determinado aspecto, essa predominância da prosa entre os livros inscritos é positiva: é fundamental que a criança, na etapa da Educação Infantil - quando está começando a se inserir, de forma sistemática, no mundo da escrita -, vivencie com frequência e intensidade o texto em prosa, para que - além de imergir no mundo do imaginário e da fantasia dos contos e narrativas, e também no mundo da informação -, vá construindo o conceito de sistema alfabético e o conhecimento dos usos e funções da escrita. Entretanto, surpreende a inscrição de número tão pequeno de livros de imagem que muito atraem crianças ainda não alfabetizadas, ou ainda em processo inicial de alfabetização. Tais livros são importantes para proporcionar o prazer de manusear e “ler” individualmente os livros (enquanto a leitura do livro em prosa quase sempre demanda a mediação de um adulto); para propiciar o conhecimento das convenções do ato de leitura (entre outros, a identificação da capa de um livro, da direção do movimento de passar páginas, da postura correta para ler, do modo

adequado de segurar o livro); para desenvolver conceitos e operações cognitivas que são fundamentais também para a leitura verbal (como os conceitos de título, autor, a identificação das relações entre uma imagem e outra, a percepção da estrutura da narrativa). Seria de esperar, também, um número maior de inscrições de livros em verso, já que poesia, parlendas, trava-línguas, cantigas têm um papel importante na Educação Infantil, pois propiciam, talvez mais que a prosa, nesta etapa da formação de leitores, o desenvolvimento da recepção estética e da percepção literária. Além disso, esses gêneros enfatizam o aspecto sonoro da língua, fundamental para o desenvolvimento da consciência fonológica que é a habilidade de refletir conscientemente sobre os sons da fala, indispensável à aprendizagem do sistema de escrita.

Apesar do desequilíbrio no número de livros inscritos em cada categoria, na seleção de livros para compor os três acervos destinados à Educação Infantil, foram incluídos, em cada acervo, livros das três categorias – prosa, verso e imagem – mesmo havendo, pelo já exposto, mais alternativas de escolha na categoria prosa – razão de serem os livros em prosa mais numerosos nos acervos. Além de organizá-los com diferentes categorias de livros e diferentes gêneros de textos, os acervos foram constituídos obedecendo, também, o critério de qualidade dos títulos: a **qualidade textual**, que se revela nos aspectos éticos, estéticos e literários, na estruturação narrativa, poética ou imagética, numa escolha vocabular que não só respeite, mas também amplie o repertório lingüístico de crianças na faixa etária correspondente à Educação Infantil; a **qualidade temática**, que se manifesta na diversidade e adequação dos temas, no atendimento aos interesses das crianças, aos diferentes contextos sociais e culturais em que vivem e ao nível dos conhecimentos prévios que possuem; a **qualidade gráfica**, que se traduz na excelência de um projeto gráfico capaz de motivar e enriquecer a interação do leitor com o livro: qualidade estética das ilustrações, articulação entre texto e ilustrações, uso de recursos gráficos adequados a crianças na etapa inicial de inserção no mundo da escrita. Foi ainda critério para constituição dos acervos a seleção, entre as obras consideradas de qualidade, aquelas que representassem diferentes níveis de dificuldade, de modo a atender a crianças em diferentes níveis de compreensão dos usos e funções da escrita e de aprendizagem da língua escrita, possibilitando formas diferenciadas de interação com o livro: a leitura autônoma pela criança (de livros só de imagens, de livros em que a imagem predomina sobre o texto, reduzido este a poucas palavras), e a leitura mediada pelo professor. Do grande número de livros inscritos, do desequilíbrio na distribuição desses livros pelas três categorias a serem contempladas – prosa, verso e imagem –, dos diversos critérios a serem obedecidos, enfim,

desse universo de possibilidades, foi necessário selecionar apenas sessenta títulos e distribuí-los em três acervos de vinte livros.

A partir dessas determinações, as editoras fizeram suas escolhas, apostando nas obras que consideravam ter maiores chances de serem selecionadas para compor os acervos. Pela produção selecionada é possível perceber, concepções de literatura que permeiam o trabalho dessas editoras e, também, de certa forma, pistas da linha editorial de cada uma delas.

Ao final do texto, serão apresentadas três tabelas com os livros selecionados por categoria que nos permitiram tecer comentários mais verticalizados sobre o acervo.

Constata-se, assim, que foram 34 títulos selecionados, portanto 56,7%, na categoria prosa, 17 (28,3%) na categoria verso e 9 (15%) na categoria imagem e história em quadrinho, o que guarda, em certa medida, proporcionalidade quanto ao total geral de inscritos por categoria e, a necessidade de representação das mesmas em todos os acervos. Do mesmo modo, é possível observar, também, uma proporcionalidade de títulos selecionados por editora. A exceção da Editora Ediouro (composta por três selos: Ediouro, Agir e Nova Fronteira), com cinco títulos selecionados e das editoras Saraiva (composta por dois selos: Saraiva e Formato) e Record (composta de dois selos: Record e Best Seller) com quatro títulos cada, as demais tiveram de um a três títulos selecionados. Se considerarmos as noventa e nove editoras inscritas inicialmente é possível verificar que 37% delas tiveram livros selecionados.

Além disso, nota-se uma tendência das editoras em “apostar” em títulos já consagrados, o que resultou na constituição do acervo por títulos que apresentam relativa dispersão quanto ao ano de publicação, com variações entre 1980 (a publicação mais antiga) a 2007, sendo que 31,6% dos livros selecionados foi publicado até 2000; diferentemente do caso das traduções, que respondem por 18% do acervo, que foram publicadas entre 2005 e 2007. Essas duas variáveis - títulos brasileiros consagrados e a produção estrangeira recente – possibilitam reflexões sobre as apostas editoriais e, em última instância, indicam tendências da produção editorial brasileira para o público infantil. Quanto aos escritores, podemos destacar três autores consagrados: Ana Maria Machado, Eva Furnari e Bartolomeu Campos Queirós, com três títulos selecionados cada um, portanto, presença garantida nos três acervos. Por outro lado, autores mais jovens, igualmente reconhecidos pela crítica e de grande aceitação pelos leitores, tiveram obras selecionadas. É o caso, por exemplo, de Léo Cunha, Mariana Massarini e Guto

Lins. Finalmente, ainda na questão da autoria, é importante destacar que trinta e um títulos dos sessenta que compõem os três acervos, foram escritos e ilustrados pela mesma pessoa, o que nos leva a sugerir ser esta uma característica marcante na produção literária para criança.

Quanto às temáticas, vinte e seis títulos, portanto 43,3% do acervo, falam de bichos. São narrativas em prosa e em verso que procuram aproximar a criança de bichos – de toda a espécie, que convivem com ela ou que ocupam lugar fundamental no imaginário infantil. Ainda no terreno da fantasia, treze títulos estimulam as crianças a fazerem um pacto ficcional com a leitura, onde tudo é invenção, mas envolve as crianças como se fosse verdade. Elas podem ir além do entendimento do texto, passando a admirá-lo, emocionando-se com ele e identificando-se com o que ele traz, partilhando vivência das personagens. Assim, pode haver um diálogo rico e diversificado entre literatura e realidade. Elementos fictícios se misturam a elementos do mundo sócio-cultural das crianças. Vontade, imaginação e criação conjugam-se nessa temática. Mas é precisamente porque a imaginação só se constrói com materiais extraídos da realidade, que a criança, para nutrir a sua imaginação e aplicá-la às suas tarefas, aos seus horizontes, deve crescer num ambiente rico de impulsos e de estímulos, portanto, de leituras desse tipo.

Considerando a presença dos livros de imagem entre os selecionados, podemos constatar que foi levada em conta a necessidade de o aluno fazer uma experiência significativa de leitura autônoma. Os livros de imagem criam a oportunidade para o leitor iniciante ter sua própria opinião acerca da história. Esse tipo de texto, ainda, visa promover uma alfabetização estética e um letramento visual. As imagens constroem sentidos e criam um percurso de leitura no livro, o código pictórico é importante. A presença desse tipo de produção nos acervos é um convite à participação criativa na leitura, à interação lúdica com as ilustrações, possibilitando a ampliação das referências estéticas e culturais. Se observarmos também o ano de publicação dessas obras, veremos que a maioria delas são recentes, demonstrando um novo olhar da produção editorial para essa categoria.

Os poemas demonstram ser uma aposta significativa do PNBE/2008 para a Educação Infantil. Eles correspondem a 41,2 % do total de livros da categoria versos. Como fala José Paes em seu poema “Convite”, “Poesia/ é brincar com palavras”. Logo, o poema está associado ao lúdico, ao jogo, características marcantes aos leitores dessa faixa etária. A permanência desse tipo de produção entre os selecionados traduz a intenção de escolher obras que trabalhem com

a subjetividade, os sentimentos, as emoções, seguindo as predisposições do próprio edital do Programa. Com as obras dessa categoria, as crianças poderão aprender que a linguagem pode ser usada de maneira rica e criativa.

Em quantidade menor que os poemas, estão os livros que exploram trava-línguas, parlendas, trocadilhos e adivinhas. Porém, assemelham-se aos poemas no “brincar com a palavra”. Apesar dessas tipologias de texto fazerem parte do universo da oralidade e, portanto, já estarem disseminadas na cultura popular, aparecem aqui com uma roupagem nova, dando base aos textos de “Um avião e uma viola”, “Enrosca ou desenrosca?”, “Gato no mato”, “Quem adivinha”, “Não confunda” e “Travadinhas”. As parlendas, sendo um conjunto de palavras com pouco ou nenhum nexos, de caráter lúdico, muito usadas em rimas infantis, têm versos curtos e ritmo fácil e cumprem a função de divertir, ajudar na memorização, compor uma brincadeira. O trava-língua corresponde a uma espécie de jogo verbal que impõe às crianças o desafio de reproduzi-los, oralmente, sem errar, o que requer atenção, ritmo e agilidade oral. O conteúdo dúbio e também desafiador das adivinhas provoca o interesse das crianças. Sua forma lúdica de enigmas populares, na qual a enunciação da idéia ou fato está envolta numa alegoria a fim de dificultar a descoberta, leva o leitor a pensar, refletir, usar sua criatividade e imaginação. As adivinhas, não raro, se apresentam em forma metrificada, o que facilita a sua decoração e sua transmissão. É necessário destacar a importância desses tipos de texto na alfabetização, pois a manipulação das palavras, a desconstrução e a construção de outras novas o trabalho com as rimas, aliterações, sílabas e fonemas pode ser um bom caminho para o trabalho ortográfico futuro. Ela, ainda, é capaz de construir e reconstruir significados. Neste sentido, incorporar os saberes de origem popular a literatura é uma necessidade cada vez mais premente, na medida em que, contemporaneamente, há uma estreita relação entre a valoração da experiência de vida de cada indivíduo com o processo de ensino-aprendizagem e a democratização do saber. Especialmente se tomarmos como referência a cultura brasileira e sua multiplicidade de manifestações artísticas e culturais.

Finalmente, as histórias tradicionais são resgatadas neste acervo nas obras que fazem referência aos contos. São elas: “O rei da bigodeira”, “A bela borboleta”, “Que bicho mordeu?”, “Os corvos de Pearblissom” e “Uma história atrapalhada”. Como os próprios títulos sugerem, os autores buscaram integrar os contos a novos e diferentes espaços sociais e simbólicos. O caráter moralizador, próprio do gênero, não estão destacados nessas produções. O que podemos perceber é a presença do elemento fantástico que contraria fortemente as leis

do mundo real. São novas narrativas que buscam dialogar com matrizes textuais da atualidade. Muitos valores presentes nos contos podem ser discutidos e comparados com os valores presentes em nossa época, em nossa sociedade. E é justamente isso que essas novas produções vêm oferecer para as crianças: a oportunidade de perceber que uma leitura crítica de um conto respeita o diálogo com o presente, com os valores, conhecimento do mundo, de quem está lendo. É preciso levar isso em conta e estar aberto para as possíveis interpretações que os autores fazem dos contos tradicionais.

Portanto, como previa o edital, a presença das três categorias: prosa, verso e imagem em cada um dos três acervos se faz imprescindível de modo que propiciem às crianças a vivência de diferentes gêneros e a possibilidade de desenvolver conceitos, conhecimentos e habilidades peculiares a cada um deles. A interlocução com outras tipologias, diferentes da prosa, é uma forma de incentivar o mercado editorial a eleger novas escolhas para sua produção.

4. Que criança, qual literatura?

Já mencionamos, no início deste texto, a importante e necessária decisão do MEC de incluir no PNBE/2008, acervos de literatura destinados à Educação Infantil. Essa decisão obrigou as editoras interessadas em participar dessa edição a promoverem uma seleção interna nos títulos disponíveis em seus catálogos, classificando-os quanto a dois públicos distintos: crianças matriculadas na Educação Infantil (zero a seis anos, dependendo da adesão ao Ensino Fundamental de nove anos) e crianças a partir de seis/sete anos matriculadas nas séries iniciais do Ensino Fundamental, já que essa edição previu, também, a constituição de acervos para as séries/anos iniciais desse segmento. A seleção, portanto, desses três primeiros acervos para a Educação Infantil – apesar do número irrisório de títulos – deverá atender, como já foi dito, 5.065.686 crianças matriculadas em 85.179 instituições de Educação Infantil espalhadas por todo o território nacional. Se considerarmos, ainda, o dado também já mencionado, de que o governo previu gastos, nessa edição do Programa, da ordem de R\$11.140.563,20, é de se supor que o mercado editorial se organizará para as futuras edições do Programa, tomando como referência esses primeiros títulos selecionados.

Essa é a razão pela qual devemos nos debruçar sobre duas questões fundamentais que orientam/orientarão essa política. A primeira delas: até que ponto é possível construir um consenso sobre a qual criança se está referindo? É preciso ficar claro que não se trata

simplesmente das conceituações de crianças descritas nos manuais de psicologia e de pedagogia que apresentam, muitas vezes, distinções genéricas e idealizadas, sem os matizes impressos pelo contexto socioeconômico. Trata-se de crianças corporificadas em distintas realidades, afetadas por cotidianos e condições de vida os mais diversos. Portanto, estamos nos referindo àquela criança que tem acesso aos meios de produção cultural, em nosso caso, ao livro. Com isso, queremos colocar em pauta a discussão de que diferentes estratos sociais definem um tipo de infância e de criança e que essas definições estão profundamente marcadas pelas circunstâncias apontadas.

Somente a partir dessa perspectiva é possível pensar a segunda questão: de qual literatura estamos falando? Em termos gerais, sem a pretensão de exaustividade – estamos nos referindo a uma literatura que leve em conta algumas características passíveis de generalizações; uma literatura que leve em conta que, as crianças, desde os primeiros anos de vida, são sujeitos ativos; que interagem com o mundo produzindo significados; que são cidadãs, portadoras de direitos e deveres; que, em função das inter-relações entre aspectos biológicos e culturais, apresentam especificidades no seu desenvolvimento; que são provenientes de contextos sócio-culturais diferentes; que possuem experiências diferenciadas de contatos com a leitura e a escrita e que, portanto, precisam se aproximar de diferentes realidades que possam promover a ampliação de suas experiências de leitura; que interagem no mundo por meio de múltiplas linguagens e que têm o brincar como sua principal atividade. Enfim, uma literatura que permita inúmeras interações, que envolva sentimentos, valores, emoções, ludicidade entre tantos outros aspectos.

Desse modo, um dos papéis mais importantes a serem assumidos por todos – governo, editoras, escolas, famílias, é repensar constantemente suas responsabilidades com a infância, não apenas como mantenedores, produtores e transmissores mas, sobretudo, como mediadores de culturas.

Tabela 2

LIVROS SELECIONADOS NA CATEGORIA PROSA - PNBE/2008- EDUCAÇÃO INFANTIL				
EDITORA	TÍTULO DO LIVRO	AUTOR	ILUSTRADOR	ANO DE PUBLICAÇÃO
Abril	O rei bigodeira e sua banheira	Audrey Wood	Don Wood	1985
Biruta	Uma história atrapalhada	Gianni Rodari	Alessandro Sanna	2007*
Brinque Book	Bom dia Marcos	Marie-Louise Gay	Gilda de Aquino	1995
Brinque Book	Bruxa, bruxa venha a minha festa	Arden Dulce	Pat Ludlow	2005
Brinque Book	Vira lata	Stephen Michael King	Stephen Michael King	2006
Cosacnaify	A grande questão	Wolf Earlbruch	Wolf Earlbruch	2006
Cosacnaify	Quem quer esse rinoceronte	Shel Silverstein	Shel Silverstein	2007*
Dimensão	Cadê o rato	Mary França	Mary França	2007
Ediouro	Beijo de sol	Celso Sisto	Castanha	2002
Ediouro	Idéia Maluca	Cecília Vasconcellos	Marilda Castanha	1995
Ediouro	É o bicho	Guto Lins	Guto Lins	2002
Editora do Brasil	O menino e a bola	Simone Goh	Ana Raquel	2001
FTD	Quer brincar de pique esconde?	Isabella e Angiolina	Glair Arruda	2007*
Gaia	Banho!	Mariana Massarani	Mariana Massarani	2006
Girafa - Girafinha	Artur faz arte	Patrick McDonnel	Patrick McDonnel	2007
Global	História em 3 atos	Bartolomeu Campo de Queirós	André Neves	2001
Global	Não vou dormir	Christiane Gribel	Orlando	2007
Hedra	Como gente grande	Anouk Ricard	Graziela Marcolin	2007*
Jorge Zahar	Tatus tranqüilos	Florence Breton	Trad.: Odilon Moraes	2001
JPA	O segredo de Magritte	Caulos	Caulos	2007*
Melhoramentos	A bela borboleta	Ziraldo	Ziraldo e Zélio	1980
Nova Fronteira	Que bicho será que a cobra comeu?	Ângelo Machado	Roger Melo	1995
Nova Fronteira	Que bicho será que botou o ovo?	Ângelo Machado	Roger Melo	1996
Record	Os corvos de Pearblosson	Aldous Huxley	Beatrice Alemangna	2006
RHJ	O pioelho	Bartolomeu Campo de Queirós	Adriana Mendonça	2003
Richmond	Dia de chuva	Ana Maria Machado	Nelson Cruz	2002
Rocco	O bicho folharal	Ângela Lago	Ângela Lago	2005
Rocco	O segredo	Ivan Zigg	Ivan Zigg	2002
Rocco	Rodolfo, o carneiro	Rob Scotton	Rob Scotton	2006
Saraiva	Asa de papel	Marcelo Xavier	Marcelo Xavier	1993
Saraiva	O jogo do vira-vira	Ana Maria Machado	Mariângela Haddad	1992
Saraiva	Um outro por do sol	Marta Neves	Marta Neves	2001
Saraiva	Um redondo pode ser quadrado?	Canini	Canini	2007
Zit	Era uma vez um ovo	Marco	Marco	2006

Tabela 3

LIVROS SELECIONADOS NA CATEGORIA VERSO - PNBE/2008- EDUCAÇÃO INFANTIL				
EDITORA	TÍTULO DO LIVRO	AUTOR	ILUSTRADOR	ANO DE PUBLICAÇÃO
Agir	Que bicho mordeu	Leo Cunha	Graça Lima	2004
Best Seller	Vira bicho	Luciano Trigo	Mariana Massarani	2004
Comboio de Corda	Tarde de inverno	Jorge Luján	Mandana Sadat	2007*
Edições Du bolsinho	Gato no mato	Sebastião Nuvens/Nunes	Sebastião Nuvens/Nunes	2000
Ediouro	É o bicho futebol clube	Guto Lins	Guto Lins	2002
Ediouro	Ser menina	Ângela Leite de Souza	Luiza Pessoa	1998
Formato	Eu e minha luneta	Cláudio Martins	Cláudio Martins	1991
Formato	Um avião e uma viola	Ana Maria Machado	Mariângela Haddad	1996
Globo	O batalhão de letras	Mario Quintana	Eva Furnari	1948 (Ilustrado por Eva Furnari em 1997)
Idéia Escrita	Quem adivinha?	Helena M. Uehara	Vera Andrade	2007
In Facto	Bichos da noite	Carla Caruso	Carla Caruso	1998
Moderna	Ensroscas ou desenroscas	Org. Maria José Nóbrega e Rosane Pamplona	Marcelo Cipis	2005
Moderna	Travadinhas	Eva Furnari	Eva Furnari	1994
Projeto	Saco de brinquedos	Carlos Urbim	Laura Castilhos	1998
Record	O rinoceronte ri	Miguel Sanches Neto	Biory Sarkis	2006
Uno	De letra em letra	Bartolomeu Campo de Queirós	Elisabeth Teixeira	2004
Uno	Não confunda	Eva Furnari	Eva Furnari	1991

Tabela 4

LIVROS SELECIONADOS NA CATEGORIA HQ - PNBE/2008- EDUCAÇÃO INFANTIL				
EDITORA	TÍTULO DO LIVRO	AUTOR	ILUSTRADOR	ANO DE PUBLICAÇÃO
Agir	Ida e volta	Juarez Machado	Juarez Machado	1976
Ática	As aventuras de Bambolina	Michele Iacocca	Michele Iacocca	2006
Comboio de Corda	Shhhhh	Juan Gedovius	Juan Gedovius	2007*
Compor	O presente que veio do céu	Regina Rennó	Regina Rennó	2007*
Edições SM	As formas	Germán Montalvo	Germán Montalvo	2007*
Formato	Ritinha bonitinha	Eva Furnari	Eva Furnari	1990
Gaia	Feito bicho	Gabriela Briosch	Gabriela Briosch	2001
JPA	Passarinhando	Nathalia Sá Cavalcante	Nathalia Sá Cavalcante	2007*
Rocco	Quando isto vira aquilo	Guto Lins	Guto Lins	2007*

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Vera Teixeira de. (2006) *Leitura Literária e Escola*. In: Org. de EVANGELISTA, COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto.
- EVANGELISTA, Aracy Alves Martins. *et al.* (Orgs.). (1999) *A escolarização da leitura literária: O jogo do livro infantil e juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica. (Coleção Literatura e Educação).
- GOUVEA, Maria Cristina Soares de. (2003) *Infância, sociedade e cultura*. In: CARVALHO, Alysson. *et al.* *Desenvolvimento e Aprendizagem*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- PAIVA, Aparecida. *et al.* (Orgs.). (2003) *No fim do século: a diversidade – O jogo do livro infantil e juvenil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica. (Coleção Literatura e Educação).
- PAIVA, Aparecida. (2003) *Literatura e Letramento: espaços, suportes e interfaces. O jogo do livro*. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FaE/UFMG. (Coleção Linguagem e Educação).
- PAIVA, Aparecida. (2004) *Democratizando a leitura: pesquisas e práticas*. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FaE/UFMG. (Coleção Linguagem e Educação).
- PAIVA, Aparecida; MACIEL, Francisca. (2005) *Discursos da paixão: a leitura literária no processo de formação do professor das séries iniciais*. In: PAIVA, Aparecida. *et al.* (Orgs.) *Leituras literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica.
- PAULINO, Graça (org.). (1997) *O jogo do livro infantil*. Belo Horizonte: Dimensão.
- RODRIGUES, Paula Cristina de Almeida. (2006) *A literatura no livro didático de língua portuguesa: a escolarização da leitura literária*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- SOARES, Magda Becker. (1999) *A escolarização da Literatura Infantil e Juvenil*. In: de EVANGELISTA, Aracy, et al. (Orgs.). *A Escolarização da Literatura: O Jogo do Livro Infantil e Juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica.
- SOARES, Magda Becker. (2000) *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- SOARES, Magda Becker. (2004) *Letramento e escolarização*. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*. 2. ed. São Paulo: Global.
- ZILBERMAN, Regina. (2003) *A literatura infantil na escola*. 11 ed. São Paulo: Global.